

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Quinta Sessão Ordinária
30 de Junho – 3 de Julho de 2004
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/124 (V)

RELATÓRIO SOBRE A 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA
DOS MINISTROS AFRICANOS DA INDÚSTRIA (CAMI), REALIZADA
EM VIENA-ÁUSTRIA, DE 1 A 5 DE DEZEMBRO DE 2003

**RELATÓRIO SOBRE A 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS
MINISTROS AFRICANOS DA INDÚSTRIA (CAMI), REALIZADA EM VIENA-
ÁUSTRIA, DE 1 A 5 DE DEZEMBRO DE 2003**

Introdução

O Acto Constitutivo da União Africana (UA) estabelece no seu Artigo 14º o Comité Técnico Especializado sobre a Indústria, Ciência e Tecnologia, Energia, Recursos Naturais e Ambiente. A Conferência de Ministros Africanos da Indústria (CAMI), na sua forma actual, foi herdada da anterior OUA, enquanto que a União Africana está em processo de acomodação dos Comités Técnicos Especializados.

O mandato e âmbito legislativos das operações para este órgão são expressos nos Artigos 48º a 60º do Tratado de Abuja que estabelece a Comunidade Económica Africana (AEC). O relatório procura dar a conhecer o resultado da 16ª Sessão Ordinária da Conferência de Ministros Africanos da Indústria (CAMI 16). Nesta conformidade, o Conselho Executivo (Conselho) é convidado a tomar conhecimento do principal resultado das deliberações da 16ª Sessão da CAMI que se realizou em Viena, Áustria de 1 a 5 de Dezembro de 2003, que incluiu a adopção da Iniciativa Africana para a Capacidade Produtiva (APCI), e do Fundo Africano para o Reforço da Capacidade Produtiva (APCF) respectivamente.

O Conselho poderá igualmente desejar informar que estes documentos, adoptados pela 10ª Sessão da Conferência Geral da ONUID, sob solicitação dos Ministros da Indústria da UA, sejam apresentados ao Conselho para aprovação e recomendação à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo e para implementação.

Principais Deliberações da CAMI 16

O Conselho irá recapitular que foi informado no Relatório do Presidente à Sessão do Conselho Executivo da UA de Março da 2004, que o principal resultado da Conferência foi a adopção pela Conferência Geral da UNIDO do seguinte:

- a. A Iniciativa Africana para a Capacidade Produtiva e o Fundo Africano para o Reforço da Capacidade Produtiva;
- b. Resolução das Metas de Desenvolvimento de Milénio (Millenium Development Goals);
- c. Resolução sobre a Cooperação Sul-Sul.

As cópias dos documentos ora mencionados estão aqui inclusas para facilidade da referência.

Elementos principais da Iniciativa Africana para a Capacidade Produtiva e do Fundo Africano para o Reforço da Capacidade Produtiva

“A Iniciativa Africana para a Capacidade Produtiva: da Visão à Acção” destaca as decisões Ministeriais feitas durante as cinco reuniões sub-regionais da CAMI sobre a Cooperação Industrial. Inclui igualmente o Fundo Africano de Reforço da Capacidade Produtiva (APCI), que reúne um conjunto de estratégias e políticas industriais aos níveis regional e nacional, com o objectivo de facilitar o desempenho e a competitividade industrial. Destaca igualmente as prioridades sectoriais, como parte de segmentos específicos da corrente de valor onde a África tem uma vantagem comparativa. A APCI contém um conjunto de programas sub-regionais para implementação, visando impulsionar a capacidade produtiva de África e que seja sustentada por um fundo de financiamento. Foi acordado que fosse adoptado como o Programa Industrial da NEPAD.

A APCI está dividida em quatro partes principais:

- a. Iª Parte contém os conceitos e a metodologia subjacentes à Iniciativa;
- b. IIª Parte descreve os anteprojectos da APCI e as suas prioridades sub-regionais e sectoriais;
- c. IIIª Parte define e descreve os fundos de financiamento que permitam que a Iniciativa se transforme numa realidade, e
- d. IVª Parte esboça as propostas específicas para iniciativas nacionais, regionais, continentais e globais.

Região Oriental da África

Para a Região Oriental da África, a APCI recomenda que o desempenho industrial da África do Leste dever-se-á evidenciar na promoção de correntes de valor locais e globais em três sub-sectores principais, a saber: o processamento agro-alimentar; os têxteis e vestuário, e, o couro e produtos de couro. Foram seleccionados três áreas estratégicas, a saber: a difusão da tecnologia, formação de capacidade para o acesso ao mercado, retirar vantagem da facilitação de comércio; a agro-indústria e a da corrente de valor global, que deverá ser desenvolvida sob uma base dirigida, enquanto os outros sectores identificados como prioridades, continuam. Estes incluem os produtos químicos, do petróleo, produtos da borracha e do plástico. Esforços deverão ser desdobrados para redução da perda pós-colheita e a fabricação de produtos farmacêuticos seleccionados, usando ingredientes locais.

Região Ocidental da África

Na Região Ocidental da África, a APCI considera a harmonização das políticas tais como a Política Industrial Comum (PIC) da UEMOA (WAEMU) e a Política Industrial Comum da África Ocidental (PICA), da CEDEAO. Neste contexto a

APCI recomenda para a região, os têxteis e vestuários bem como o processamento agro-alimentar. Para este fim, uma abertura especial de financiamento deve ser criada a nível regional para o algodão/têxteis e processamento agro-alimentar. Considera igualmente o estabelecimento de um sistema de autorização, de padronização e de promoção do controle de qualidade dentro da CEDEAO.

Região Central de África

A APCI identificou os sectores prioritários como sendo: processamento agro-alimentar, por exemplo, alimentos, bebidas, têxteis e vestuário, madeira e processamento de madeira. Outros sectores incluem os produtos químicos, do petróleo, da borracha e do plástico; técnicas de empacotamento e de conservação para reduzir a perda pós-colheita, e, produção de produtos farmacêuticos seleccionados com base em ingredientes locais.

Região Norte de África

A APCI recomenda a cooperação Sul-Sul, a identificação comum de medidas de incentivos para a mobilização de recursos e promoção do investimento tanto doméstico como estrangeiro, a produção de gás natural e de fosfatos, de produtos manufacturados ampliados e do turismo.

Região Austral de África

Na Região Austral, a inspiração extraída do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional da África Austral (RISDP), a APCI evidenciará no processamento de alimentos, de têxteis e vestuários, couro e produtos de couro, produtos minerais, incluindo metais, madeira e produtos de madeira, peças e ferramentas de automóveis, farmacêuticos e materiais de construção.

O Fundo Africano de Reforço da Capacidade Produtiva (APCI)

O Fundo Africano de Reforço da Capacidade Produtiva (APCI) foi projectado para ser um conjunto de recursos dedicados ao apoio de iniciativas regionais de capacitação produtiva, que consiste em Concessões, Empréstimos, Garantias de Empréstimo, no Apoio Técnico, e em Medidas Fiscais. Os Governos africanos e não-Africanos, bem como as instituições de parceria contribuem para o APCI. Isto deverá ser mantido numa base de dados do APCI como um portal da Internet para fornecer uma plataforma de desenvolvimento de África e, para os parceiros comunicarem acerca das suas contribuições. O Conselho é instado a solicitar aos Estados Membros que designem uma estrutura coordenadora para o APCI.

Operações da APCI a Nível Continental

A APCI considera que a União Africana e o Secretariado da NEPAD, com o apoio de outras instituições regionais devem ter a função de coordenação. Para esse fim, o Conselho é instado a transmitir as recomendações do APCI sobre a UA e o NEPAD, que devem:

- a. Assegurar que a metodologia da corrente de valores e a promoção dos sub-segmentos sectoriais produtivos seleccionados, contidos na APCI, constituam uma nova metodologia dinâmica e colectiva no desenvolvimento industrial de África, e, na luta contra a pobreza;
- b. Promover os interesses regionais, sub-regionais e nacionais para a promoção de vínculos colectivos/conjuntos entre a agricultura e os sectores da indústria, e, assegurar que a posição comum esteja claramente mencionada na próxima sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a fim de canalizar recursos financeiros através da NEPAD para a APCI;
- c. Incentivar o desenvolvimento de esquemas de parceria para idealizar uma posição de negociação comum nas negociações internacionais;
- d. Promover o acesso ao mercado para os produtos de base agrícola e produtos processados africanos;
- e. Harmonizar as fontes de informação sobre as oportunidades de negócio para investimento, a difusão da tecnologia, etc;
- f. Assegurar o alcance de padrões internacionais e das melhores práticas nos níveis de produção, de gerenciamento e das redes de trabalho; e
- g. Realçar a colaboração para a partilha de conhecimentos e do aperfeiçoamento de valor através de actividades do fórum global.

Sustentabilidade da CAMI

Durante a 16ª Sessão Ordinária da CAMI, a questão do Secretariado Permanente para a Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI) foi levantada por um número de Ministros. Enquanto decorriam as consultas, o Egipto anunciou no reinício da sessão que se oferecia para albergar o proposto Secretariado Permanente da CAMI. Por outro lado, a Côte d'Ivoire fez lembrar igualmente aos Ministros da sua anterior decisão referente à Aliança para a Industrialização de África (AIA). Nessa ocasião, o representante Ivoirense informou aos Ministros sobre os esforços a serem empreendidos pelo Governo Ivoirense para estabelecer um Secretariado autónomo para a AIA como uma das agências operacionais da CAMI. Informou igualmente aos Ministros sobre os escritórios bem equipados que o seu Governo reserva para a Aliança para a Industrialização de África.

Em resposta à oferta, o Ministro nigeriano, Presidente da CAMI informou à reunião sobre os pontos de vista do seu Governo sobre a questão da sustentabilidade da CAMI. Divulgou que se estudava uma solução final para a CAMI, que serviria como um corpo consultivo com um secretariado permanente com sustentação técnica e logística adequadas. Continuou dizendo que haverá escritórios sub-regionais do Secretariado da CAMI para ajudar a operacionalizar a

APCI. O Secretariado proposto da CAMI trabalharia com as várias associações nacionais de negócio, e teria Comitês Técnicos bem como o seu próprio Comitê Geral.

Nessa ocasião, depois de vários pontos de vista serem expressos sobre a matéria, decidiu-se encaminhar a questão à sessão seguinte da CAMI.

Resultado da Primeira Reunião do Bureau da 16ª CAMI

Em resposta aos convites emitidos por S.Excia. Embaixador Magaji Mohammed, Ministro da Indústria da República Federativa da Nigéria, na sua qualidade de Presidente do Bureau da CAMI, os Membros do Bureau reuniram-se em Abuja-Nigéria, de 22 a 23 de Abril de 2004. A questão principal abordada na reunião incluía as modalidades para a promoção e monitorização da Iniciativa Africana para a Capacidade Produtiva (APCI); modalidades para a cooperação entre CAMI, UA e a NEPAD; modalidades de parceria e de esforços de colaboração entre APCI e NEPAD, bem como o sector privado organizado; mobilização de recursos dos membros da CAMI para o Fundo Africano de Reforço da Capacidade Produtiva (APCI); Designação do Grupo Base para a mobilização de recursos adicionais para APCI; modalidades e sugestões para um Secretariado Permanente da CAMI, incluindo a localização e os custos operacionais, dentro do contexto da implementação da APCI, em parceria e colaboração com a NEPAD; o tema para o vindouro “Dia da Industrialização de África” e o Programa de Actividades do Bureau da CAMI 16 para 2004 e 2005.

Recomendações

Tendo em conta as conclusões da 16ª Sessão Ordinária da CAMI, realizada em Viena, Áustria, em Dezembro de 2003, os resultados da primeira e segunda reuniões de Bureau da 16ª CAMI realizada em Abuja, Nigéria em Abril de 2004, e, em Addis Abeba, Etiópia em Junho de 2004, respectivamente, o Conselho é instado a recomendar à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, que:

- a. Iniciativa Africana para a Capacidade Produtiva (APCI) e o Fundo Africano de Reforço da Capacidade Produtiva (APCF) sejam adoptados como os Novos Programas de Desenvolvimento Industrial da União Africana, sucessor da 2ª Década de Desenvolvimento Industrial para África (IDDA); e para a implementação pelos Secretariados dos Comitês Económicos Regionais (RECs) e a Comissão da União Africana.
- b. Comissão da UA incorpore a APCI como parte do seu Plano de Acção Estratégico de 4 anos para a sua operacionalização.
- c. todos os Estados Membros da UA sejam instados a contribuir financeiramente para o APCI afim de demonstrar o domínio de África.
- d. os parceiros bilaterais do governo e as instituições regionais de África e todos os restantes parceiros de desenvolvimento da comunidade

internacional, formalmente prometam o apoio ao APCF. Para esse fim, pedir a aprovação do conceito de capital inicial para a implementação da APCI no apoio de futuras mobilizações de recolhas sectoriais, promocionais, fundos e de recursos, bem como dos compromissos institucionais.

- e. divulgação da APCI e do APCF seja feita pela Comissão da UA, e, os alvos da ONUDI em todos os parceiros principais de desenvolvimento da UA, a sociedade civil, incluindo a diáspora africana para assegurar a mobilização de recursos e da experiência para a execução do APCI.
- f. solicite a Comissão da UA, a ONUDI, a NEPAD, as RECs e aos representantes das instituições do sector privado tais como as Câmaras de Comércio e Indústria dos Estados Membros, a African Business Roundtable (ABR)[Mesa Redonda de Negócios Africana], que preparem a implementação de planos sectoriais e dos roteiros sectoriais por forma a incrementar a capacidade negocial africana sobre o desenvolvimento industrial de África. Isto capacitará a parceria do sector privado de forma que o sector privado africano tome a liderança, gradualmente.
- g. solicite o apoio e contributo da ONUDI para a implementação do Plano de Acção Estratégico da UA para 4 anos sobre o desenvolvimento industrial sustentável, baseado nas metodologias da APCI e da corrente de valores. Para este fim, solicitar as sinergias e pontos comuns entre os sectores de comércio e da indústria, tendo em consideração a natureza dos sistemas de funcionamento de produção global.

Conclusão

À luz do anterior, o Conselho é convidado a considerar os elementos da APCI e da APCF e recomendá-los à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo para o apoio político, e solicitar a todos os interessados a prosseguirem com a fase de implementação.

2004

Report on the 16th ordinary session of the conference of African ministers of industry (Cami), held in Vienna-Austria from 1 to 5 december 2003

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4400>

Downloaded from African Union Common Repository